



SEGUROS GERAIS

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002542-29.2013.8.19.0002

APELANTE: Carlos Alberto da Conceição Vieira

APELADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

RELATOR: Des. Luiz Fernando De Andrade Pinto

Ementa

Apelação Cível.

Relação de consumo. Negativação. Ação declaratória de inexistência de negócio jurídico c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais. Sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a retirada do nome do autor dos cadastros restritivos de crédito, bem como o cancelamento do contrato de seguro-fiança. Irresignação do autor, pretendendo a verba compensatória. Apelo que não merece prosperar. À luz da prova dos autos, resta evidenciada a fraude contratual praticada por terceira pessoa. Contudo, não se pode atribuir à seguradora a responsabilidade pretendida, na medida em que esta trouxe aos autos toda a documentação necessária à locação, bem como a firma reconhecida da assinatura do nome do autor, com selo de fiscalização do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da 8ª Circunscrição. Inexistência de prática de ato ilícito por parte da seguradora, que possa ensejar sua condenação ao pagamento da verba compensatória. Recurso a que se nega seguimento, na forma do art. 557, *caput*, do CPC.

Fonte: www.tjrj.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010982-72.2014.8.19.0036

APELANTE: Maria Célia Alves de Albuquerque

APELADOS: Ace Seguradora S/A e Telefônica Brasil S/A

RELATORA: Des. Lucia Mothe Gliöche

Ementa

Apelação Cível. Relação de consumo. Consumidor que alega ter sofrido a cobrança indevida por seguro não contratado em fatura de cobrança por serviço de telefonia. Fato que não configura dano moral. Sentença mantida. Desprovimento do recurso.

Fonte: www.tjrj.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0017273-47.2013.8.19.0061

APELANTE: Itamar Coutinho

APELADOS: Banco Itaucard S.A. e Itaú Seguros S/A

RELATORA: Des. Maria Luiza de Freitas Carvalho

Ementa

Apelação Cível. Ação indenizatória. Relação de consumo. Contratação de seguro de proteção financeira. Sinistro que se deu quando o seguro não mais vigia. Prazo de vigência do seguro que constou do contrato. Recusa de cobertura. Ausência de ato ilícito. Sentença de improcedência. Art. 557, *caput*, do CPC. Negativa de seguimento.

Fonte: www.tjrj.jus.br

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo****APELAÇÃO CÍVEL Nº 1006498-23.2014.8.26.0223**

APELANTE: Márcio Negro de Carvalho

APELADOS: Fast Shop S/A e Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A

RELATOR: Cláudio Hamilton**Ementa****Cobrança. Seguro.**

Negativa de cobertura para furto simples. Celular. Exclusão de cobertura expressamente prevista no contrato, que não obstante, não se revela abusiva. Improcedência mantida. Recurso desprovido.

Fonte: www.tjsp.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000581-71.2013.8.26.0224

APELANTE: Transconquista Transporte Ltda

APELADA: Mapfre Seguros Gerais S/A

RELATOR: Des. Renato Rangel Desinano**Ementa**

Cobrança. Contrato de seguro. Ação movida por empresa transportadora em face de seguradora, objetivando o ressarcimento de prejuízos decorrentes de roubo de carga pertencente à terceiro. Inexistência de relação de consumo. Prova de que a autora descumpriu o contrato ao não utilizar escolta ou rastreamento do veículo no momento do sinistro. Perda do direito à indenização securitária. Recurso não provido na parte conhecida.

Fonte: www.tjsp.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000749-11.2013.8.26.0471

APELANTE: Sebastião de Almeida

APELADA: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

RELATOR: Des. Antonio Rigolin**Ementa**

Seguro de equipamento/máquina agrícola. Retroescavadeira. Ação de cobrança de prestação securitária. Recusa da seguradora ao cumprimento da prestação, sob a assertiva de ausência de cobertura para o sinistro ocorrido (furto simples). Hipótese de falta de amparo contratual configurada, a afastar o direito ao recebimento da prestação reclamada. Recurso improvido.

O contrato de seguro não contempla a situação de subtração de equipamento que não se encontre em local fechado (furto simples). Diante da ausência de previsão contratual, torna-se impossível o acolhimento do pedido. Não há como falar em interpretação mais ampla do contrato de seguro se a avença não cobre o risco afirmado pelo autor. Assim, não pode a seguradora ser condenada ao cumprimento de obrigação a que não se vinculou.

Fonte: www.tjsp.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0006582-52.2013.8.26.0554

APELANTE: Kelly Corrêa de Moraes

APELADOS: Sul América Companhia Nacional de Seguros e Banco Santander (Brasil) S/A

RELATOR: Des. Flavio Abramovici**Ementa**

**Seguro. Cobrança. Danos materiais e morais.**

Vistoria realizada por profissionais não vinculados à requerida Sul América. Cancelamento da proposta de seguro. Ausente a relação contratual. Não preenchidos os requisitos para o pagamento da indenização securitária. Sentença de improcedência recurso da autora. Improvido.

Fonte: www.tjsp.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004122-82.2012.8.26.0407

APELANTE: Carlos Roberto da Nova Matos

APELADA: HSBC Seguros Brasil S/A

RELATOR: Des. Hamid Bdine

Ementa

Responsabilidade civil contratual. Seguro. Danos morais. Seguradora que instaurou sindicância para apurar eventual fraude cometida pelo segurado autor. Conjunto probatório que demonstrou que a conduta da seguradora não foi abusiva. Exercício regular de direito. Falta de excesso. Abuso de direito não configurado. Danos morais não configurados. Sentença mantida. Recurso improvido.

Fonte: www.tjsp.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0030337-46.2012.8.26.0003

APELANTE: Tam Linhas Aéreas S/A

APELADA: Chubb do Brasil Companhia de Seguros

RELATOR: Des. Henrique Rodriguez Clavasio

Ementa

Cerceamento de defesa (CPC, arts. 331 e 333) e Nulidade da sentença. Não reconhecimento. Princípio da persuasão racional (CPC, arts. 131 e 330). Natureza das alegações que possibilitam o julgamento conforme o estado do processo. Fundamentação suficiente. Observância ao art. 93, IX da CF. Prova de prejuízo não demonstrado. Preliminar afastada. Responsabilidade Civil. Ação Regressiva. Seguradora. Desvio em pacto de transporte aéreo. Cobrança pela seguradora. Subrogada do valor pago em razão do contrato de seguro de seus clientes com prova de pagamento e quitação. Inteligência dos artigos 319 e 320 do CC Obrigação de Resultado. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito. Inocorrência. Risco da atividade. Sentença mantida. Aplicação do art. 252 do RITJ do TJSP. Recurso não provido.

Fonte: www.tjsp.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0687.14.004044-9/001**

APELANTE: Vilma Maria dos Santos

APELADA: HDI Seguros S/A

RELATOR: Des. Edison Feital Leite

Ementa

Apelação Cível. Ação de cobrança. Não conhecimento de parte do recurso. Inovação recursal. Contrato de seguro de veículo. Hipótese de exclusão expressa de cobertura. Ressarcimento do dano pela seguradora. Não cabimento.

Não se conhece da parte do recurso que constitui inovação recursal. O contrato de seguro está baseado no risco, na mutualidade e na boa-fé entre as partes. Não há responsabilidade da Seguradora se existente, no contrato de seguro firmado entre as partes, cláusula contratual que, de forma expressa, clara e precisa, exclui a cobertura dos prejuízos havidos no veículo da autora.



Fonte: www.tjmg.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0145.13.037042-5/002

APELANTE: Neucimar Bernardes da Costa
APELADA: Mapfre Seguros
RELATOR: Des. Mota e Silva

Ementa

Apelação. Contrato de seguro. Veículo financiado. Negativação do nome do segurado. Atraso no pagamento do valor financiado. Fato alheio e sem relação com o pagamento da indenização securitária. Responsabilidade da seguradora. Não configuração. Danos morais. Ausência de nexo de causalidade. Impossibilidade. Danos materiais. Improcedência.

Tendo o nome do autor sido inscrito nos cadastros de restrição ao crédito antes mesmo do termo inicial para a liquidação do sinistro, não há que se falar em danos, sendo, assim, indevida a indenização pleiteada. Para que se caracterize o dever de indenizar, imprescindível a ocorrência do ato ilícito, do dano e do nexo de causalidade.

Fonte: www.tjmg.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0696.13.003622-6/001

APELANTES: Lenir Garcia Cardoso e Outros
APELADA: Companhia Excelsior de Seguros
RELATORA: Des. Evangelina Castilho Duarte

Ementa

Cobrança. Seguro habitacional. Prescrição. Art. 206, § 3º, IX, Código Civil. Termo inicial. Vício de construção.

O art. 206, §3º, IX, Código Civil, dispõe que "prescreve em três anos a pretensão do beneficiário contra o segurador [...] no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório". Não informando o autor a data em que os vícios foram constatados, bem como inexistindo requerimento administrativo com a negativa da Seguradora, deve prevalecer a data em que o autor adquiriu o imóvel como sendo o termo inicial do prazo de três anos para o ajuizamento da ação de indenização.

Fonte: www.tjmg.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0702.10.032672-8/001

APELANTE: HDI Seguros S/A
APELADA: Antonio Luis Martins Pena
RELATOR: Des. Evandro Lopes da Costa Teixeira

Ementa

Civil e Processual Civil. Apelação. Ação de cobrança. Indenização securitária. Código Civil de 1916. Aplicação. Tempus regit actum. Indenização por danos morais. Exclusão de cobertura. Cláusula clara. Validade. Súmula 402 do STJ. Aplicação. Recurso provido.

Os contratos são regulados pela lei de regência no momento de sua formalização, em consonância com o princípio do *tempus regit actum*, no que toca às normas de direito material.

É permitida a exclusão de cobertura em contrato de seguro, desde que redigida clara e inequívoca, como exige o CDC.

Existindo cláusula de exclusão de cobertura é aplicável a Súmula 402 do STJ que excepciona o pagamento de indenização por danos morais embasada na cobertura para danos pessoais.

Recurso provido.

Fonte: www.tjmg.jus.br



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

APELAÇÃO CÍVEL Nº 70056004302

APELANTE: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais S/A
APELADA: Companhia Zaffari de Supermercados Ltda
RELATORA: DES. ANA MARIA NEDEL SCALZILLI

Ementa

Apelação Cível. Responsabilidade civil. Furto de veículo em estacionamento de supermercado. Ação regressiva ajuizada pela seguradora. Comprovado através do boletim de ocorrência policial e do depoimento prestado pelas vítimas, que o segurado teve seu veículo roubado no estacionamento do réu, impõe-se ao estabelecimento comercial o dever de indenizar, de forma regressiva, à seguradora que pagou o valor do bem móvel sinistrado ao segurado, nos termos do artigo 786 do Código Civil. Apelação provida.

Fonte: www.tjrs.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 70067212183

APELANTE: Geneci Inês Schütz
APELADO: Pipi Maquinas Agrícolas Ltda
RELATOR: Des. Pedro Luiz Pozza

Ementa

Apelação Cível. Direito privado não especificado. Embargos à execução. Cheques. Sustação. Responsabilidade da seguradora pelo adimplemento não comprovada. Improcedência mantida.

Não tendo a embargante demonstrado de forma inequívoca que a seguradora era responsável pelo adimplemento dos valores referentes aos serviços prestados em seu favor, inviável que esta se exima do pagamento. Excesso de execução que não se verifica, à medida que o valor exigido pela parte exequente incorpora somente a atualização monetária pelo IGP-M e juros de mora de 1% ao mês a contar da data em que os cheques deveriam ser compensados. Sentença de improcedência dos embargos à execução mantida. Apelo desprovido. Unânime.

Fonte: www.tjrs.jus.br

AGRAVO INTERNO Nº 70068157155

AGRAVANTE: Milton Mendonca Severo
AGRAVADA: Sabrina Bavaresco Angelin
RELATOR: Des. Pedro Luiz Pozza

Ementa

Agravo Interno em Apelação Cível. Responsabilidade civil em acidente de trânsito. Ação de reparação por danos morais. Acidente de veículo com perda total. Autor que se diz impedido de adquirir outro veículo com o valor alcançado pela seguradora. Comprovação de que o autor procedeu à compra de outro automóvel depois do acidente. Danos morais não caracterizados, tratando-se de meros aborrecimentos os incômodos decorrentes da ausência de automóvel na residência do autor. Recurso manifestamente improcedente. Agravo desprovido. Unânime.

Fonte: www.tjrs.jus.br

**RECURSO INOMINADO Nº 71005274329**

RECORRENTE: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

RECORRIDO: Clacir João Scotta - Me

RELATORA: Des. Lusmary Fátima Turelly da Silva

Ementa

Recurso Inominado. Contratos. Seguro. Estabelecimento comercial. Incêndio. Danos elétricos. Cláusula de exclusão de cobertura. Elementos probatórios insuficientes para afastar a excludente de responsabilidade. Danos decorrentes de curto-circuito na rede elétrica interna. Sentença reformada. Recurso provido.

Fonte: www.tjrs.jus.br

RECURSO INOMINADO Nº 71005896022

RECORRENTE: A Pereira Transportes e Turismo LTDA - ME

RECORRIDA: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

RELATOR: Des. Cleber Augusto Tonial

Ementa

Ação de reparação de danos. Contrato de seguro. Responsabilidade da seguradora. Apólice. Terceiro prejudicado. Lucros cessantes.

No contrato de seguro, o segurador responde apenas pelo risco coberto, não assistindo direito ao terceiro prejudicado de receber indenização por lucros cessantes se assim não estiver precisamente descrito na apólice. Recurso desprovido.

Fonte: www.tjrs.jus.br

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**APELAÇÃO CÍVEL Nº 20140110712898**

APELANTE: Marcos Roberto Pereira Faria

APELADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A

RELATORA: Des. Vera Andrichi

Ementa

Ação regressiva. Seguradora. Acidente de trânsito. Dano material. Notas fiscais. Franquia. Enriquecimento sem causa.

I. A jurisprudência adota o entendimento de que o abaloamento na traseira de automóvel demonstra culpa relativa do condutor que vinha atrás, por supostamente não guardar a distância legal prevista no art. 29, inc. II, do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo ao apelante-réu o ônus de comprovar o fato desconstitutivo do direito da Seguradora-autora, nos termos do art. 333, inc. II, do CPC.

II. A Seguradora-autora arcou com o pagamento dos serviços realizados no veículo segurado, por isso tem direito de regresso, abatida a quantia referente à franquia de modo a evitar o enriquecimento sem causa.

III. Apelação parcialmente provida.

Fonte: www.tjdft.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 20150610110622

APELANTES: Lourrayne Mendes da Silva e outros

APELADO: Credicard Banco S/A

RELATOR: Des. Gilberto Pereira De Oliveira



Ementa

Direito Civil e Consumidor. Apelação Cível. Contrato de seguro. Interpretação das cláusulas contratuais. Extensão dos beneficiários. Mero inadimplemento contratual. Não configuração da lesão aos direitos da personalidade. Danos morais não caracterizados. Recurso conhecido e desprovido.

Fonte: www.tjdft.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL Nº 20140110569142

APELANTE: Pablo Bonetti Jungles

APELADOS: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Outro

Relatora: Des. Nídia Corrêa Lima

Ementa

Civil e Processual Civil. Ação indenizatória. Seguro de proteção financeira. Não atendimento das condições e requisitos previstos no contrato. Negativa de cobertura. Exercício regular de direito. Inscrição do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito. Inexistência de ilegalidade. Danos morais. Não configurados.

Fonte: www.tjdft.jus.br

LEGISLAÇÃO

Federal

Lei nº 13.256, de 04 de fevereiro de 2016 - Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, e dá outras providências.

Decreto nº 8.634, de 12 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP e revoga o Decreto nº 2.824, de 27 de outubro de 1998.

Decreto nº 8.643, de 21 de janeiro de 2016 - Altera o Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, que regulamenta a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação.

Decreto de 16 de fevereiro de 2016 - Autoriza o aumento de capital da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF.

Estadual

Lei (BA) nº 13.536, de 02 de fevereiro de 2016 - Assegura ao consumidor, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora, no âmbito do Estado da Bahia.

Banco Central do Brasil

Resolução nº 4.461, de 28 de janeiro de 2016 - Altera a Resolução nº 4.409, de 28 de maio de 2015, que estabelece as condições para o refinanciamento de parcelas de operações de que trata o art. 1º-A da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, destinadas à aquisição e arrendamento mercantil de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, tanques e afins, carrocerias para caminhões, novos ou usados; sistemas de rastreamento novos; seguro do bem e seguro prestamista, firmadas até 31 de dezembro de 2014.



Portaria nº 88.273, de 29 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o seguro garantia para execução fiscal e o seguro garantia parcelamento administrativo fiscal, no âmbito da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), visam garantir o pagamento de débitos inscritos em dívida ativa, respectivamente, em execução fiscal ou em parcelamento administrativo.

Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR

Resolução nº 44, de 22 de fevereiro de 2016 - Altera o item XIII do Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para o período de 2016 a 2018.

Resolução nº 45, de 22 de fevereiro de 2016 - Altera o anexo da Resolução nº 40, de 18 de novembro de 2015, e o Anexo II da Resolução nº 13, de 04 de julho de 2006.

Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN

Portaria nº 15, de 18 de janeiro de 2016 - Estabelece os procedimentos para o acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, e dá outras providências.

Ministério da Fazenda

Portaria nº 38, de 10 de fevereiro de 2016 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP.

Ministério dos Transportes

Resolução nº 4.998, de 13 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre os procedimentos para utilização de ônibus e motoristas de terceiros por prazo determinado, por empresas transportadoras dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional coletivo de passageiros.

Resolução nº 5.017, de 18 de fevereiro de 2016 - Altera a Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

Circular nº 523, de 07 de janeiro de 2016 - Revoga as Circulares Susep nºs 253, de 12 de maio de 2004; 276 de 16 de novembro de 2001; e 342, de 29 de maio de 2007.

Circular nº 524, de 14 de janeiro de 2016 - Esclarece e dispõe sobre critérios adicionais relacionados ao artigo 37 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

Circular nº 525, de 22 de janeiro de 2016 - Estabelece critérios para a estruturação dos planos de seguro do ramo Aeronáuticos (Casco).

Circular nº 526, de 25 de fevereiro de 2016 - Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de eleição, nomeação, destituição e renúncia de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais, escritório de representação de resseguradores admitidos, entidades abertas de previdência complementar e corretoras de resseguros e da consulta de que trata o § 1º do artigo 1º do Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 2015.

Circular nº 527, de 25 de fevereiro de 2016 - Estabelece procedimentos para obtenção de autorização prévia para instalação de escritório de representação, cadastramento, atualização cadastral e demais alterações de resseguradores admitidos e eventuais.



Circular nº 528, de 25 de fevereiro de 2016 - *Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de autorização para funcionamento, alterações do controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, transferência de sede, abertura ou encerramento de filiais, transformação da forma jurídica, suspensão e cancelamento da autorização para funcionamento e qualquer alteração do estatuto social, ato constitutivo ou contrato social das corretoras de resseguros.*

Circular nº 529, de 25 de fevereiro de 2016 - *Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alterações de controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações, cancelamento da autorização para funcionamento, aumento e redução do capital social e modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPC).*

Portaria nº 6455, de 03 de fevereiro de 2016- *Prorroga, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo estabelecido pela Portaria Susep nº 6.431, de 30 de dezembro de 2015, que constituiu a Comissão Especial com objetivo de debater e propor soluções para a atual situação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Embarcações ou por sua carga – DPEM.*

PROJETOS DE LEI

Congresso Nacional

Medida Provisória nº 701, de 08 de dezembro de 2015 - *Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil. Em 04/02/16, o Senador Douglas Cintra foi designado relator a matéria e o Deputado Carlos Zarattini, foi designado revisor.*

Senado Federal

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012, do Senador Lobão Filho - *Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor. Em 02/02/16, Foi recebida na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, manifestação da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, pela aprovação do projeto com rejeição do art. 2º.*

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2014 - *Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros. Em 24/02/2016, o PL foi encaminhado para pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e recebido relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira pela aprovação do PLS nº 330, de 2013, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e do PLS nº 181, de 2014, que tramitam em conjunto.*

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, do Senador Vital do Rêgo - *Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. Em 24/02/2016, o PL foi encaminhado para pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e recebido relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira pela aprovação do PLS nº 330, de 2013, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e do PLS nº 181, de 2014, que tramitam em conjunto.*

Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2015, do Senador Antonio Carlos Valadares - *Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências. Em 24/02/2016, o PL foi encaminhado para pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e recebido relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira pela aprovação do PLS nº 330, de 2013, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e do PLS nº 181, de 2014, que tramitam em conjunto.*



Projeto de Lei do Senador nº 39, de 2016, do Senador Dário Berger - Altera o art. 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para facultar ao locatário de imóvel urbano a escolha da garantia locatícia. Em 25/02/2016, encerrou o prazo para apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2015, do Deputado Júlio Lopes - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição a Portaria nº 706, de 31 de agosto de 2015, que "Atualiza monetariamente a Taxa de Fiscalização dos mercados de seguro e resseguro, de capitalização e de previdência complementar aberta". Em 08/01/2016, o Relator, Deputado Esperidião Amin, apresentou parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Projeto de Lei nº 3555, de 2004, do Deputado José Eduardo Cardozo - Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado e revoga dispositivos do Código Civil, do Código Comercial Brasileiro e do Decreto-Lei nº 73 de 1966. Em 25/02/2016, o PL aguarda instalação da Comissão Especial, nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1412, de 2015, da Deputada Maria Helena - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para dispor sobre a aplicação da multa civil. Em 18/01/2016, o PL foi apensado ao PL nº 3616/2015.

Projeto de Lei nº 3616, de 2015, do Deputado Vinicius Carvalho - Acrescenta o artigo 61-A à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - para tipificar como crime a prática reiterada, contra um ou mais consumidores das condutas descritas nos artigos 18, § 1º; 35, 39 e 42 por parte dos fornecedores de produtos e serviços. Em 18/01/2016, o PL foi apensado ao PL nº 1412/2015.

Projeto de Lei nº 3139, de 2015, do Deputado Lucas Vergílio - Altera a redação do caput do art. 24, acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, e modifica o art. 36, mediante a inserção da alínea "m", ambos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Em 05/02/2016, foi deferido o Requerimento nº 3642/2015 para incluir o exame pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Projeto de Lei nº 4102, de 2015, do Deputado Marcelo Belinati - Acrescenta artigo 328-A a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que trata do Código de Trânsito Brasileiro - CTB com o objetivo de obrigar os condutores de veículos automotores em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas legais ou ilegais a arcar com custos hospitalares das vítimas. O PL tramita apensado ao bloco do PL principal nº 8085, de 2014, cujo Em 04/02/2016, aguardava parecer do relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8085, de 2014, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores"

Projeto de Lei nº 4285, de 2016, do Deputado Sarney Filho - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para equiparar a resíduos perigosos os rejeitos de mineração depositados em barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento e para prever a utilização de instrumentos econômicos para a redução de geração e o aproveitamento desses rejeitos e o desenvolvimento de tecnologias de maior ganho social e menor risco ambiental. Em 17/02/2016, o PL foi recebido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço.

Projeto de Lei nº 4329, de 2016, da Deputada Laura Carneiro - Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Em 22/02/2016, o PL foi recebido na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto de Lei nº 4388, de 2016, do Deputado Wilson Filho - Veda às companhias seguradoras estabelecerem, nos contratos de seguros de veículos, cláusula de exclusão de cobertura de danos decorrentes de agressão ou de ato de vandalismo isolado ou de protesto coletivo. Em 23/02/2016, o PL aguardava designação de relator na Comissão de Defesa do Consumidor.



Projeto de Lei nº 4534, de 2016, do Deputado Kaio Maniçoba - Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta o art. 44-B à Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para dispor sobre a exigência de seguro garantia nos contratos administrativos. Em 24/02/16, o PL foi apresentado.

Projeto de Lei nº 4549, de 2016, do Deputado Jorge Silva - Dispõe sobre o contrato de seguro de automóveis para vedar a exceção de cobertura aos danos causados por efeitos de fenômenos da natureza e do clima. Em 25/02/2016, o PL foi apresentado.

Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2016, da Comissão de Defesa do Consumidor - Dispõe sobre a proteção, por meio do instituto do patrimônio de afetação, dos direitos dos segurados, participantes, beneficiários, assistidos e detentores de títulos de capitalização, decorrentes de planos operados por sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e por sociedades de capitalização e dá outras providências. Em 04/02/2016, o PL foi apresentado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Câmara Legislativa

Projeto de Lei (DF) nº 277, de 2015, do Deputado Cristiano Araújo - Dispõe sobre a comercialização de partes, peças e acessórios automotivos oriundos de veículo sinistrado ou qualquer outro veículo automotor adquirido com o fim de desmanche, e dá outras providências. Em 18/02/2016, o PL foi para pauta da Comissão de Constituição e Justiça e aguarda apreciação do parecer do relator Deputado Chico Leite (PT), favorável ao projeto.

Assembleias Legislativas

Projeto de Lei (BA) nº 21.172, de 2015, do Deputado Zé Raimundo - Assegura ao consumidor, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora, no âmbito do Estado da Bahia. Em 03/02/2016, foi publicada a Lei nº 13.536, no Diário do Legislativo e no Diário Oficial Eletrônico nº 21.869.

Projeto de Lei (MT) nº 215, de 2013, do Deputado Romoaldo Júnior - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de Empresas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em obras, projetos e serviços contratados pelo Estado de Mato Grosso. Em 15/02/2016, o PL aguardava a apreciação do veto total.

Projeto de Lei (RJ) nº 3249, de 2002, do Deputado Paulo Melo - Dispõe sobre a utilização do seguro-garantia e dá outras providências. Em 24/02/2016, o PL foi arquivado nos termos do art. 26, §1º, alínea "i" do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Projeto de Lei (RS) nº 18, de 2016, do Deputado Enio Bacci - Assegura ao consumidor, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Em 17/02/2016, o PL foi apresentado.